

Latinoamérica21 (/columnas/latinoamerica21/)

www.latinoamerica21.com é uma mídia pluralista comprometida com a disseminação de informações críticas e verdadeiras sobre a América Latina.



L21



AMÉRICA LATINA (HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/AMERICA-LATINA)

O desastre da reforma tributária na Colômbia

Problema fundamental é como financiar um crescente déficit fiscal gerado pela Covid

7.mai.2021 às 15h30

Jaime Tenjo G.

Economista e consultor de organizações nacionais e internacionais. Especializado em mercados de trabalho, gênero e discriminação. Professor em várias universidades no Canadá e na Colômbia. Doutor pela Universidade de Toronto

Após cinco dias de protestos (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/colombia-ve-criticas-internacionais-crescerem-em-meio-a-mortes-e-desaparecidos-em-protestos.shtml>), em sua maioria pacíficos –embora com alguns surtos de violência

(<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/ministro-das-financas-renuncia-apos-protestos-deixarem-19-mortos-na-colombia.shtml>) – e de haver recebido a rejeição da maioria dos partidos políticos, o governo retirou o projeto de reforma tributária

(<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/presidente-da-colombia-retira-reforma-tributaria-apos-protestos.shtml>) que havia apresentado ao Congresso duas semanas antes. Em troca de não retirá-lo, o governo se ofereceu para negociar praticamente todos os pontos

do projeto com os diferentes grupos da oposição, mas não obteve apoio suficiente. A retirada do projeto de lei significa que o governo não poderá apresentar outro antes da próxima legislatura, que começa em 20 de julho. O custo político inclui a demissão do Ministro da Fazenda, Alberto Carrasquilla

(<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/ministro-das-financas-renuncia-apos-protestos-deixarem-19-mortos-na-colombia.shtml>).

Com isso o governo perde tempo, mas ao mesmo tempo lhe dá uma margem para avançar com uma negociação mais ampla sob a liderança de um novo ministro. Entretanto, muitos grupos políticos já indicaram que não apoiarão nenhuma lei porque acham que este não é o momento certo para aumentar os impostos da população no meio da pandemia da Covid-19.

O que aconteceu na Colômbia nesta semana dá um tom para outros países latino-americanos e ilustra muito claramente os graves dilemas que os governos terão que enfrentar no futuro próximo. A pandemia produziu uma queda muito grande nas receitas governamentais e aumentos consideráveis nos gastos para compensar os efeitos das paralisações econômicas e outras políticas de apoio social implementadas. O problema fundamental é como financiar um crescente déficit fiscal gerado pela Covid-19 em meio a condições sociais e políticas muito difíceis.

Alguns países estão mais bem preparados para enfrentar este desafio do que outros. A Colômbia está possivelmente entre os menos preparados porque, embora na última década tenha tido taxas de crescimento aceitáveis (superiores às do Chile, Brasil e México e inferiores apenas às do Peru entre os grandes países), seus déficits gêmeos (fiscal e de conta corrente) estão entre os mais altos do continente.

Estes problemas, juntamente com as expectativas nos mercados internacionais de que a reforma tributária apresentada pelo governo teria dificuldades, possivelmente explicam o fato de que os títulos colombianos já estão sendo negociados nos mercados internacionais a um custo maior do que alguns dos chamados "junk bonds" (de acordo com a Bloomberg de 29 de abril de 2021), apesar do fato de que até agora a Colômbia tem uma

classificação BBB- pelas agências de classificação internacionais. Possivelmente o país vai perder esta classificação em breve.

O projeto de lei que o governo retirou tinha como principais linhas para aumentar os impostos ampliar a base do imposto sobre vendas (na Colômbia é chamado de Imposto sobre Valor Agregado [IVA]) e aumentar suas taxas. A taxa mais alta deveria ser de 19% (uma das mais altas de acordo com os padrões internacionais). Além disso, foi proposto um aumento na base do imposto de renda e a eliminação de alguns descontos. No total, a proposta poderia ter representado receitas adicionais equivalentes a 3,9 pontos percentuais do PIB (cerca de 23,4 trilhões de pesos ou cerca de US\$ 6,5 bilhões à taxa de câmbio atual), dos quais 61% teriam sido pagos por pessoas físicas, de acordo com o ministro das finanças cessante.

O projeto também considerou aspectos importantes dos gastos sociais. Propôs tornar a Renda Solidária (uma assistência para os mais necessitados que não tiveram acesso a outros programas de subsídios que foram implementados temporariamente durante a pandemia) permanente e também torná-la complementar a outros programas de subsídios. Segundo estimativas governamentais, isso aumentaria o número de beneficiários de 1 para 4,7 milhões de pessoas cobertas, e reduziria significativamente a pobreza.

O governo nunca fez uma socialização adequada do projeto que apresentou ao Congresso. Rumores foram divulgados sobre alguns aspectos de seu conteúdo, especialmente os novos impostos, o que gerou muito descontentamento. Os sindicatos, como a Associação de Industriais (Andi) e vários acadêmicos renomados e centros de conhecimento fizeram propostas alternativas que claramente não foram consideradas no projeto de lei apresentado. As questões relacionadas com os novos programas sociais que seriam implementados eram pouco conhecidas.

As condições sob as quais o projeto de lei foi apresentado para consideração do Congresso não poderiam ter sido piores. Além de não ter tido uma boa socialização e não conhecer propostas alternativas interessantes, o projeto de lei foi apresentado em meio ao pico mais forte das infecções pela Covid-19

(o terceiro na Colômbia), em meio a novos fechamentos e restrições à atividade econômica. Em 27 de abril o Dane (Departamento Nacional de Estatísticas) publicou as novas medições sobre a pobreza em 2020, mostrando aumentos de 7 pontos percentuais na incidência da pobreza nacional, que representou mais 3,5 milhões de pessoas pobres do que em 2019 e um aumento de 5,5 pontos percentuais na pobreza extrema, o que significa que 7,5 milhões de pessoas em 2020 não tiveram renda para comprar os alimentos básicos necessários.

Para completar as más notícias, em 30 de abril, os resultados do desemprego foram divulgados, mostrando um aumento considerável em relação ao ano imediatamente anterior, embora seja uma melhoria em comparação com os piores meses da pandemia. Tudo isso fortaleceu um descontentamento social que vinha ocorrendo desde antes da pandemia e que terminou em protestos que puseram um fim às propostas do governo.

Embora a situação da Colômbia tenha alguns aspectos particulares que a diferenciam da de outros países, o problema básico que todos terão que enfrentar em breve é o de equilibrar o orçamento fiscal. Nas condições atuais da América Latina, fazê-lo através da redução das despesas é impensável, portanto, o que resta é um aumento dos impostos. A Colômbia mostra as sérias dificuldades que isso implica e também serve como exemplo de como fazer as coisas bem e no momento certo.

sua assinatura vale muito

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

ASSINE A FOLHA ([//ASSINATURAS.FOLHA.COM.BR/410111](https://assinaturas.folha.com.br/410111))

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/05/o-desastre-da-reforma-tributaria-na-colombia.shtml>